



A DIMENSÃO SUBJETIVA DA DESIGUALDADE SOCIAL NO ENSINO SUPERIOR

THE SUBJECTIVE DIMENSION OF SOCIAL INEQUALITY IN HIGHER EDUCATION

Gabrielle Capinam da Silva Simões¹
<https://orcid.org/0000-0003-3251-6661>

Ana Mercês Bahia Bock²
<https://orcid.org/0000-0002-5181-3293>

Resumo:

A desigualdade social e o racismo são problemas estruturantes da sociedade brasileira, de forma que são os maiores responsáveis pela produção das iniquidades sociais que caracterizam o Brasil. Nesse sentido, o acesso à educação, embora garantido constitucionalmente, não é universal, sendo o ensino superior historicamente marcado por um caráter excluente e elitista. Este cenário vem se modificando através de políticas públicas, que proporcionaram um processo de abertura àqueles que, historicamente, não acessavam esse espaço, como os jovens negros, egressos da escola pública e oriundos de camadas populares. Mesmo diante das mudanças no perfil sociodemográfico dos estudantes deste nível de ensino, o cenário ainda é marcado por profunda desigualdade. O presente estudo se trata, portanto, de um relato de pesquisa de mestrado cujo objetivo foi investigar a dimensão subjetiva da desigualdade social na educação superior, traduzido, na pesquisa, como um estudo sobre significações constituídas por estudantes bolsistas do ProUni, em uma instituição de ensino superior de alto prestígio, situada na cidade de São Paulo. A pesquisa foi desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa, fundamentada nas formulações da Psicologia sócio-histórica, em que participaram voluntariamente dois jovens negros, estudantes de graduação do último período do curso de Psicologia. Para produção dos dados foram realizadas conversações com os participantes da pesquisa, de modo que a análise foi elaborada a partir dos núcleos de significação. A análise nos leva a considerar dois aspectos que constituem um par dialético das significações constituídas: a humilhação social sentida e vivida pelos jovens pobres e negros e o sentimento de esforço pessoal/vitória.

Palavras-chave: Ensino superior. Desigualdade social. Dimensão subjetiva. ProUni.

Abstract:

Social inequality and racism are structural problems in Brazilian society, and they are the primary drivers of the social inequities that characterize Brazil. In this sense, access to education, although constitutionally guaranteed, is not universal, with higher education historically marked by an exclusionary and elitist nature. This scenario has been changing through public policies, which

¹ Doutoranda pelo programa de Educação: Psicologia da Educação, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). São Paulo – São Paulo, Brasil.

² Professora titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), onde ministra aulas no curso de graduação em Psicologia e no curso de pós-graduação em Psicologia da Educação. São Paulo – São Paulo, Brasil.

have opened opportunities for those who historically did not have access to this space, such as Black youth, public school graduates, and individuals from lower socioeconomic backgrounds. Despite changes in the sociodemographic profile of students at this level of education, the situation remains marked by deep inequality. This study is, therefore, a report of a master's research whose objective was to investigate the subjective dimension of social inequality in higher education, which in the study is understood as a study on the meanings constructed by scholarship students from ProUni at a prestigious higher education institution in the city of São Paulo. The research was developed through a qualitative approach, grounded in socio-historical Psychology formulations, and involved two Black youth voluntarily participating, who were final-year students in the Psychology undergraduate course. Data production was carried out through conversations with the research participants, and the analysis was developed from the meaning cores. The analysis leads us to consider two aspects that form a dialectical pair of constructed meanings: the social humiliation felt and experienced by poor and Black youth, and the feeling of personal effort/victory.

Keywords: Higher Education. Social Inequality. Subjective dimension. ProUni.

INTRODUÇÃO

O presente estudo consiste em um relato da pesquisa de mestrado³ escrita e orientada pelas autoras deste trabalho, realizada nos anos 2019 a 2021, enfrentando, portanto, as dificuldades trazidas pela pandemia do Covid-19. Movidas pelo interesse e reconhecimento de que a desigualdade social e o racismo são problemas estruturantes da sociedade brasileira e maiores responsáveis pela produção das iniquidades sociais que caracterizam o Brasil, empenhamo-nos a pesquisar sobre a desigualdade social em sua expressão no ensino superior. Essa escolha foi orientada pelo reconhecimento de que, embora haja garantia constitucional à educação, o seu acesso não é universal, especialmente no que tange ao ensino superior.

A articulação entre as duas temáticas (desigualdade social e ensino superior) e a inserção do estudo em um programa de Pós-graduação em Psicologia da Educação desencadearam inúmeros questionamentos relacionados às significações constituídas por estudantes de renda baixa que se inserem no ensino superior. As perguntas que se colocavam, nessa perspectiva, conduziram-nos ao objetivo deste trabalho: investigar a dimensão subjetiva da desigualdade social na educação superior, traduzido, nesta pesquisa, como um estudo sobre significações constituídas por estudantes bolsistas do Programa Universidade para Todos (ProUni), em uma instituição de ensino superior situada na cidade de São Paulo.

Compreendemos que a desigualdade social é um fenômeno complexo, histórico e multideterminado, que envolve diversas dimensões que se imbricam dialeticamente, como a econômica, que se refere à distribuição da riqueza e ao acesso aos bens sociais; a dimensão histórica e cultural, constituída por aspectos que marcam as relações sociais entre os indivíduos, como gênero e raça; e, ainda, pela dimensão subjetiva que faz referência aos aspectos de natureza simbólica que compõem a dialética do fenômeno. Nossa ênfase recai sobre esta última dimensão (sem deixar de trazer as demais para a análise), que permite a Psicologia oferecer sua contribuição

³ O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

analítica, lançando luz sobre a presença dos sujeitos na constituição da realidade e dos fenômenos sociais.

A desigualdade social é um fenômeno presente em diversas esferas da sociedade, como na educação, e as expressões dessa disparidade na área da educação se referem ao tema de interesse no estudo. Posto isso, o ensino superior foi escolhido para concentrar nossa análise, visto que é o nível de ensino tradicionalmente marcado por um caráter excludente, elitista, frequentado majoritariamente por estudantes brancos e de classe socialmente privilegiada (Donida; Santana, 2019; Santos; Freire, 2022). Além desses norteadores, trata-se também de um cenário de políticas públicas – estas que, com vistas à promoção da equidade, têm sido responsáveis pelas mudanças ocorridas nas últimas décadas no cenário da educação superior (ES).

Dentre essas políticas, destacamos a Lei de Cotas, nº 12.711/2012 (Brasil, 2012); a Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), instituído pelo Decreto Presidencial 6.096/2007; e o Programa Universidade para Todos (ProUni), regulamentado pela Lei nº 11.096/2005. A implementação de políticas públicas destinadas à ampliação do acesso, e as que estão voltadas para permanência estudantil, produziu mudanças significativas no perfil sociodemográfico dos estudantes que frequentam o ensino superior, pois houve um processo de abertura àqueles que, historicamente, não acessavam esse espaço, como os jovens negros e oriundos de camadas populares (Macedo; Reis, 2021). Boa parte desse contingente, antes excluído desse nível de ensino, é formado por jovens negros, egressos da escola pública e com baixa renda (Heringer; Honorato, 2015; Fernandes, 2021). Recorramos aos dados.

O levantamento feito pelo Censo de Educação Superior de 2021 (Inep, 2022) demonstra que o aumento de jovens pretos e pardos (negros) ingressantes nos cursos de graduação, em 2012, representa 18,1% dos estudantes de graduação no Brasil; já quanto aos demais, estão evidenciados, a saber: brancos, 29,8%; amarelos e indígenas, 1,21%; e 50,8% compuseram o dado “sem informação”. Em 2016, por sua vez, após quatro anos de implementação da Lei de Cotas, o percentual de negros no ensino superior correspondeu a 44,26%; os brancos a 52,6%; e amarelos e indígenas, 2,3%. Houve um aumento do número de negros em 26,16 pontos percentuais no período referido, reflexo da ampliação promovida pelas ações afirmativas. Em relação aos brancos, o número subiu 22,8%. Desse modo, apesar da proximidade estatística do percentual de crescimento de ingressantes desses dois grupos, a desvantagem permanece, embora seja inegável o impacto da política pública para construção de um ensino superior com maior diversidade em sua população de estudantes.

As informações que caracterizam o perfil racial dos ingressantes em 2021, disponibilizadas pelo Censo, demonstram que os brancos representam 54,5%; os pretos e pardos, 43,2%; e os que se autodeclararam amarelo/indígenas, 2,3% (Inep, 2022). Embora os índices indiquem um avanço, tais dados expressam que negros e indígenas não se encontram no mesmo patamar estatístico dos brancos, que continuam sendo a maioria no que se refere aos ingressos nas universidades. Quanto às condições socioeconômicas, recorremos às informações produzidas pelo Observatório do PNE (Plano Nacional de Educação), em que, de acordo com o mesmo, a taxa bruta de matrículas revela que os 25% mais ricos da população na faixa etária de 18 a 24 anos apresentaram 116,4% no ano de 2019. Em contrapartida, os 25% mais pobres apresentaram uma taxa bruta de 18,3%. Em 2012,

essa mesma taxa referente aos jovens pobres era de 10,3%, o que demonstra um crescimento percentual de 8% quando comparada ao ano 2019.

Portanto, a análise desses dados nos indica que, mesmo com a ampliação do acesso, por meio de políticas públicas, ações institucionais, formas de financiamento, dentre outros recursos, que possibilitaram o ingresso àqueles que, historicamente, foram excluídos, a educação superior ainda se estrutura de modo desigual e excludente, possuindo marcas que refletem a disparidade socioeconômica. Em vista disso, dedicar-se à pesquisa da dimensão subjetiva desse contraste socioeconômico, enfatizando sua expressão na educação superior, faz-se necessário, já que o acesso a esse nível de ensino, especialmente sob análise socioeconômica e racial dos estudantes, ainda é marcado por uma profunda disparidade, tornando-se campo importante e expressivo dela. Além disso, os estudos sobre a desigualdade social, desenvolvidos por diversas áreas do conhecimento, enfatizam aspectos de ordem objetiva, como a distribuição de renda e riqueza, sendo pouco enfatizado pelos trabalhos a dimensão das significações, que também compõem o fenômeno e configuram uma dimensão subjetiva da desigualdade.

MÉTODO

Esta pesquisa foi desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa, fundamentada nas formulações da Psicologia sócio-histórica, que está implicada na produção de um saber crítico na Psicologia, isto é, um saber que busca a desnaturalização dos sujeitos – objeto de estudo dessa ciência – e dos fenômenos, buscando apreender a sua complexidade, em que, para isto, torna-se necessária a historicização (Kahhale; Rosa, 2009). A partir dessa perspectiva, são utilizadas categorias teórico-metodológicas do materialismo histórico-dialético e categorias teóricas específicas da Psicologia sócio-histórica. As primeiras dizem respeito àquilo que orienta o pensamento do pesquisador, isto é, são formulações do pensamento: contradição, unidade de contrários, totalidade, mediação e historicidade. Já as teóricas, elaboradas com o apoio das categorias metodológicas da dialética (Gonçalves; Furtado, 2018), de forma que são categorias analíticas, utilizadas para fazer a leitura do real: atividade, consciência, identidade, afetividade, linguagem, pensamento, sentidos e significados (significações) e dimensão subjetiva (Bock; Aguiar, 2016).

Neste trabalho, utilizamos a categoria dimensão subjetiva da realidade social, em que as significações constituídas pelos sujeitos participantes da pesquisa foram recursos para analisarmos a desigualdade social. Essa é uma categoria teórica cuja compreensão da realidade está pautada na perspectiva de que subjetividade-objetividade constituem uma unidade dialética e histórica (Bock; Soares, 2020). Nas palavras de Gonçalves e Bock (2009), a dimensão subjetiva da realidade se refere a:

[...] construções dos sujeitos que resultam em determinados produtos reconhecidos como de natureza subjetiva, sem perder a natureza social que caracteriza os processos em que são construídos. Refere-se também a aspectos dos fenômenos sociais que extrapolam vivências individuais e passam a compor a realidade social. Desta forma, evidencia-se que os fenômenos sociais são marcados pela presença dos sujeitos; há neles uma dimensão subjetiva (Gonçalves; Bock, 2009, p.120).

Acreditamos que a leitura dos fenômenos sociais pode ser enriquecida a partir dessa categoria, uma vez que há o entendimento do sujeito como constituinte dos fenômenos sociais, e não como aquele que sofre a influência do social no seu processo de desenvolvimento, numa perspectiva interacionista (Gonçalves; Bock, 2009; Gonçalves; Furtado, 2018). A dimensão subjetiva lança luz sobre a presença dos sujeitos na constituição e produção dos fenômenos, de modo que vale ressaltar que essa dimensão, embora voltada para os aspectos subjetivos, refere-se ao fenômeno social.

SUJEITOS

Participaram voluntariamente dois jovens negros, estudantes de graduação do último período do curso de Psicologia, de uma instituição de ensino de alto prestígio da cidade de São Paulo. Os encontros foram realizados entre 2020-2021, individualmente, em dias distintos, por meio de videochamadas na plataforma virtual *Zoom*, seguindo a recomendação do distanciamento social proposta pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em decorrência do momento pandêmico que estávamos vivenciando. As conversas foram gravadas mediante a autorização dos participantes, o que possibilitou transcrevê-las e analisá-las posteriormente.

Os sujeitos foram convidados a partir da divulgação da pesquisa via aplicativo de mensagens instantâneas (*Whatsapp*), em grupos formados por estudantes e professores de determinados componentes curriculares. Manifestado o interesse, os jovens foram selecionados a partir dos seguintes critérios de inclusão: I) estar matriculado em um dos cursos de graduação – Psicologia, Relações Internacionais, Medicina ou Direito, uma vez que dados obtidos da Pró-Reitoria de Graduação (Prograd), dos setores de vestibular e marketing da instituição, apontavam esses cursos como os que recebem uma maior porcentagem de estudantes oriundos das camadas sociais média alta e alta, constituindo-se como cursos de elite; II) ser estudante contemplado com a bolsa do ProUni, pois aqueles que a recebem são selecionados segundo critérios socioeconômicos, contemplando, portanto, pessoas pertencentes às camadas populares; III) estar cursando o último período da graduação, visto que é nesse momento do curso que o estudante tem uma visão mais ampla sobre sua trajetória na universidade.

Algumas informações sobre os dois sujeitos participantes da pesquisa, Marielle⁴ e Raimundo, tornam-se importantes. Marielle é uma mulher, negra, paulista e possuía, no momento da pesquisa, 24 anos de idade. Oriunda de escola pública, ingressou no curso de Psicologia em 2015 e conseguiu a bolsa integral do ProUni. Foi a primeira da família a ingressar no ensino superior. Sua mãe, empregada doméstica, cursou até o ciclo II do Ensino Fundamental; seu pai atuava como pedreiro e seu nível de escolaridade corresponde ao I ciclo do Ensino Fundamental. Marielle não é filha única e, durante a pesquisa, dividia a casa em que morava com os pais e uma irmã.

Raimundo é um jovem negro, 24 anos de idade no momento da pesquisa, oriundo da periferia da capital paulista. Todo seu percurso escolar foi cursado em instituições públicas, mas

⁴ Os nomes atribuídos aos participantes da pesquisa são fictícios, escolhidos por eles próprios, para preservar as respectivas identidades.

em 2015, quando acessou o ensino superior, esse cenário se modificou, pois ele ingressou em uma instituição particular de alto prestígio, na condição de bolsista integral do ProUni no curso de Psicologia. Não é filho único, mas, até o momento da pesquisa, morava apenas com sua mãe. Do seu núcleo familiar, é o primeiro da família a ingressar em uma universidade. Sua mãe exercia a função de gari e possuía o Ensino Fundamental completo; já seu pai cursou todo o Ensino Médio e já havia se aposentado.

INSTRUMENTOS

Para caracterizar o perfil socioeconômico dos estudantes, solicitamos aos participantes que prenchessem uma ficha de identificação com informações básicas e pessoais. Realizamos, com fundamentação na produção de Gonzalez Rey (2005), a conversação como instrumento para o desenvolvimento desta pesquisa, baseado no processo ativo entre o pesquisador e os sujeitos participantes, em que a conversa com os sujeitos não se resume apenas pelo comando de pergunta-resposta. Nesse procedimento, o pesquisador, ao se desprender da centralidade dada a fazer perguntas específicas, pré-estabelecidas, envolve-se na conversação, que vai ganhando rumos e fluidez, e um tecido de informações vai sendo construído (Gonzalez Rey, 2005).

Antes da realização das conversações, construímos pontos para serem abordados no encontro com cada participante. Esses pontos versavam sobre a trajetória escolar antes do ingresso no ensino superior, os significados da graduação, da vivência universitária, da rede de apoio, das relações com os colegas, professores, das expectativas de futuro (tendo feito uma graduação), dos desafios e aspectos facilitadores da trajetória universitária. No que se refere aos cuidados éticos, a pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) para análise e obteve autorização.

PROCEDIMENTO DE ANÁLISE

Como procedimento de análise, recorremos aos Núcleos de significação como recurso que nos auxilia na apropriação das significações dos sujeitos, diante da realidade (Aguiar; Soares; Machado, 2015). Cabe destacar que, para que haja apropriação das significações, é necessário compreender as mediações sociais e históricas envolvidas em seu processo de constituição, o que implica apreender as contradições e as relações (Aguiar; Soares; Machado, 2015).

Em um primeiro momento, são destacadas falas dos sujeitos, denominadas como **pré-indicadores**. Diante deles, partimos para o momento de articulá-los seguindo os critérios de similaridade, complementaridade e contraposição das falas. A articulação tem por objetivo recompor o todo (uma vez que os pré-indicadores destacam “fragmentos”) e, uma vez articulados, permitem formularmos os **indicadores**.

A construção de indicadores possibilita articular significações que estavam dispersas na fala dos sujeitos, embora ainda não revelem o todo, isto é, as significações dos sujeitos; sua formulação nos apresenta uma parte desse todo. Assim, ao articularmos dialeticamente os indicadores construídos, produzimos os **núcleos de significação**, que expressam uma nova síntese.

Ao formularmos os núcleos de significação, caminhamos no sentido de compreender e produzir interpretações a respeito do fenômeno em questão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta pesquisa, elaboramos sete núcleos: três são referentes às significações de Raimundo e quatro foram formulados a partir das significações de Marielle. Apresentamos a seguir os núcleos de Raimundo, comentando brevemente cada um; em seguida, os de Marielle. Para nomeação dos núcleos, aproveitamos frases dos próprios sujeitos que pudessem destacar as principais significações ali contidas.

NÚCLEOS DE SIGNIFICAÇÃO - RAIMUNDO

Núcleos de significação de Raimundo: **núcleo 1:** Caminho até a universidade – “A trajetória que a maioria dos jovens pobres fazem”. Reunimos as falas que se referem ao percurso que Raimundo trilhou até chegar à universidade, que era um lugar, até o momento anterior ao seu ingresso, desconhecido para ele e distante da sua realidade. Para formulação deste primeiro núcleo, foram reunidos os seguintes indicadores: Desconhecimento em relação à faculdade, Escolarização defasada, Despertando para o ensino superior, Trabalho e estudo, Papel dos professores da Educação Básica, Escolhas, Caminhos de acesso. **Núcleo 2:** Vivência da desigualdade e dos privilégios – “Já entra numa realidade nova, meio que jogado”. Este núcleo refere-se ao momento posterior ao ingresso, ou seja, a vivência no espaço universitário e as suas repercuções. Nele, foram reunidos os indicadores: Desigualdade de oportunidades; Diferentes realidades; Sentir-se deslocado; Vivência do racismo; Adaptação à universidade. **Núcleo 3:** Vivendo e vencendo a realidade da universidade – “Eu não precisava apagar, esconder minhas marcas, minhas histórias, pra fazer parte daquilo ali”. Reunimos os indicadores referentes às falas de Raimundo sobre a sua vivência universitária, mas aqui foram destacados os aspectos vivenciados e atribuídos por ele como “recursos” que o auxiliaram a lidar com as dificuldades da trajetória. É composto pelos indicadores: Esforço; Relação com os professores da universidade; Facilidades; Atuação profissional; Rede de Apoio; Valorização da Universidade.

NÚCLEOS DE SIGNIFICAÇÃO – MARIELLE

A partir da fala de Marielle, construímos quatro núcleos de significação. São eles: **núcleo 1:** Eu, estudante que gosto de estudar – “Me incentivaram a sonhar, dentre outras coisas, a sonhar!”. Neste núcleo, foram reunidas as falas sobre a sua relação com os estudos e o período que antecede seu ingresso no ensino superior. Assim, é composto pelos seguintes indicadores: Incentivo aos estudos; Trabalho e estudo; Questão financeira. **Núcleo 2:** Cheguei à Universidade – “Enquanto eu não entendia a minha presença como neutra, a deles parecia muito natural”. Neste núcleo, aglutinamos as falas referentes ao momento de chegada à universidade, passando pela escolha da profissão até o efetivo ingresso. Os indicadores que o compõem são: Inserção no ensino superior; Caminhos de acesso à universidade; Universidade, um caminho improvável; Escolha da

profissão; Políticas públicas. **Núcleo 3:** Enfrentando as dificuldades – “Eu não estava com medo. Eu estava com um frio na barriga muito grande”. Aqui, agrupamos as falas de Marielle nas quais ela trouxe as dificuldades encontradas durante o seu percurso acadêmico, desde o reconhecimento do seu processo de escolarização defasado até as dificuldades do cotidiano na universidade. Reunimos aqui os seguintes indicadores: Escolarização defasada; Momentos iniciais na universidade; Relação com os colegas: dificuldades e condição de bolsista; Vivência do Racismo; Dificuldades na trajetória; Desigualdade social. **Núcleo 4:** Aprendendo a conviver com a desigualdade – “Ixe, minha filha! Isso aí no Campo Limpo não tem nada a ver não, sabe?! Hoje eu tenho mais jogo de cintura”. Neste núcleo, reunimos as falas a respeito dos aspectos favoráveis à sua trajetória, como a relação com seus colegas bolsistas. Os indicadores reunidos foram: Facilitadores; Coletivo Estudantil; Relação com os colegas: facilidades e compromisso social.

HUMILHAÇÃO SOCIAL E O SENTIMENTO DE ESFOÇO PESSOAL/VITÓRIA

As histórias relatadas pelos participantes deste estudo permitem produzir considerações sobre significações constituídas por jovens pobres, bolsistas do ProUni, que acessam à universidade, título de conclusão do presente artigo. As significações sistematizadas vão compor uma dimensão subjetiva do fenômeno da desigualdade social. Assim, a análise que realizamos nos leva a considerar dois aspectos que constituem um par dialético das significações constituídas: a **humilhação social** sentida e vivida pelos jovens pobres que adentram às universidades frequentadas por jovens ricos, em sua maioria, e o **sentimento de esforço pessoal/vitória**, relacionado à conciliação do trabalho e estudo, às dificuldades oriundas de uma escolarização defasada, ao apoio dos familiares, professores e colegas, bem como o de representarem a primeira geração da família a ingressar na universidade.

A humilhação social é entendida como um fenômeno político e histórico de longa duração, vivido coletivamente, que se perpetua e é reconstruído, “atualizado”, de maneira a marcar o cotidiano das pessoas oriundas das classes pobres (Costa, 2004; Gonçalves Filho, 2020). O modo como esse fenômeno se configura indica uma relação de dominação, em que há dominadores que se constituem como grupos hegemônicos, isto é, detentores do poder, e há os que sofrem com as ações da dominação.

A discussão de Gonçalves Filho (2004; 2020) sugere a humilhação social como um contínuo de atos: ocorre repetidas vezes e acompanha gerações, configurando-se entre grupos (ricos e pobres, por exemplo). A compreensão desse fenômeno passa por entendê-lo mais como um processo do que como um acontecimento isolado, único. Por isso, o autor se refere à humilhação social como ancestral. Aquilo que, por vezes, antecede a própria existência do sujeito, fazendo com que, a partir do seu nascimento, o grupo social/familiar do qual faz parte, lhe “ensinará”, por meio da oralidade, o jogo social, isto é, lugares, comportamentos, permissões e impeditivos destinados às diferentes classes sociais, por exemplo.

[...] nesta hora em que a humilhação se desatou em alguém, houve reedição de um sangramento antigo e que não estancou: a dor chega do passado, corre para o presente, insinua-se nas hierarquias iníquas, nos espaços segregados, pode também voltar nos encontros e ambientes mais insuspeitos (Gonçalves Filho, 2004, p. 26).

Portanto, a humilhação social é, de acordo com Costa (2004, p. 63) “[...] expressão da desigualdade política, indicando exclusão intersubjetiva de uma classe inteira de homens do âmbito público da iniciativa e da palavra, do âmbito da ação fundadora e do diálogo, do governo da cidade e do governo do trabalho”. Isso produz efeitos que afetam o corpo, a ação, daqueles que são humilhados.

A humilhação social constitui aspecto da dimensão subjetiva da desigualdade social, quando nos referimos à sua expressão na educação superior. Para elaborarmos essa compreensão, seguimos recorrendo teoricamente às produções de Gonçalves Filho, bem como algumas significações expressas nas narrativas dos sujeitos participantes. Primeiramente, cabe assinalar que a experiência da humilhação social é sentida por aqueles que são dominados, e aqui estamos nos referindo ao sofrimento sentido pelos pobres e negros, em uma sociedade estruturalmente racista e marcada pela divisão de classes. É um fenômeno que produz e pode ser “representado” por muitos sentimentos.

Ao partir desse reconhecimento, Gonçalves Filho (2020) elenca esses sentimentos, que são: a angústia, que é sentida como um enigma frente à desigualdade social, não havendo entendimento, tampouco elaboração, do que se sente; a vergonha, o sentimento de inferioridade, em que o sujeito se sente desadaptado, inadequado, insuficiente para realizar atividades do trabalho; o sentimento de não possuir direitos, de não poder circular por determinados lugares e usufruir de bens, de modo semelhante a outras pessoas; o estado de vigilância, que mantém os sujeitos em uma posição de que, a qualquer momento, acontecerá uma situação hostil que será destinada a eles; o sentimento de invisibilidade social e uma superexposição funcional; e, por último, o sentimento de carência e dependência, no qual o outro é quem é o provedor e o lugar de carente, daquele que sempre está a depender, cristaliza-se no sujeito que sente a humilhação (Gonçalves Filho, 2020).

Diante do estudo feito, mas com vistas a conclusões a respeito da objetivação destes sentimentos e significações, afirmado aspectos da dimensão subjetiva, destacaremos, dentre os sentimentos que representam a humilhação social, a inferioridade, o de não possuir direitos e o da vigilância. Há, nas histórias contadas, um sentimento de quem não se sente inteiramente fazendo parte daquele lugar, a universidade, produzido/reforçado desde o ingresso na instituição:

Então foi um momento ali inicial bem difícil. Já entra numa realidade nova, entra tipo jogado. Foi basicamente como eu sinto que eu entrei no ensino superior assim. Meio que jogado. Não porque eu não tinha direito, mas porque realmente ‘cagaram’ ali na hora de conceder minha bolsa, burocracia do ProUni mesmo (Entrevistado Raimundo, 2021).

A conversa com Raimundo nos leva à compreensão de que a universidade, relatada por ele como uma “conquista muito grande”, é ao mesmo tempo um espaço em que ele diz “não se sentir inteiramente fazendo parte”, que o faz “se sentir mesmo um peixe fora ‘de’ água”. E, de acordo com o seu relato, o sentimento de não se sentir inteiramente integrante do espaço universitário tem relação com as questões socioeconômicas, as desiguais realidades produzidas e a dificuldade sentida a partir de um “choque de realidade”:

Então acho que as dificuldades assim, eu penso em muitas situações, mas todas relacionadas a essa desigualdade, de base, essa desigualdade de origem assim, e daí causa um sofrimento psicológico, e realmente assim, teve momentos da graduação ali, saindo do primeiro indo pro segundo ano, que tive ataque de pânico, ataque de ansiedade (Entrevistado Raimundo, 2021).

A entrada na universidade costuma ser almejada por muitos jovens, mas, para os pobres, essa realidade parece distante, embora alcançá-la possa produzir deslocamentos interiores/subjetivos, reafirmando a potência dos sujeitos enquanto capazes para atuarem e transformarem o mundo, suas realidades. Nessa perspectiva, tendo em vista que os modos pelos quais os sujeitos se constituem também carregam marcas da realidade vivida (neste caso, uma realidade desigual), os sujeitos pobres, mesmo quando possíveis deslocamentos possam conduzi-los a lugares pensados como inalcançáveis, podem produzir significações de que esses lugares ainda não lhes são garantidos, como parecem ser para os jovens ricos. Isso aparece na seguinte fala de Marielle sobre a presença dela na instituição: “[...] porque enquanto eu não entendia a minha presença como neutra, a delas [dos jovens ricos] parecia muito natural” (Entrevistada Marielle, 2020).

É um sentir-se deslocado, de forma que a própria presença não é reconhecida como “natural”, assim como o é para os jovens ricos, sendo a presença de pessoas semelhantes, quanto à origem social, que permite atenuar o incômodo de se sentir não pertencente àquele lugar (aspecto discutido por Gonçalves Filho ao fazer referência ao “sentimento de não possuir direitos”), nas palavras de Raimundo:

E daí foi quando eu entrei jogado assim que esses meus primeiros amigos bolsistas me ajudaram muito na integração, enfim, desde o começo [...] os amigos próximos que eu tinha eram esses amigos bolsistas, que é com que eu tinha muito compartilhamento de coisas, de vida (Entrevistado Raimundo, 2020).

Atrelado a isso, há o desejo de “sugar o máximo possível” a oportunidade de fazer uma graduação e de estar em uma instituição universitária, ou seja, não somente pelo compromisso com a própria formação, mas porque há um sentimento de que, talvez, não seja possível usufruir daquele espaço em outros momentos (depois da graduação):

[...] eu já tinha conquistado a graduação, tinha entrado, precisava me manter nela; mas que talvez, é... seria muito difícil continuar estudando. Eu nem sabia muito de pós, de mestrado, dessas coisas, mas eu sabia que seria de novo outro desafio, outra coisa, outras possibilidades de, tipo, eu não conseguir também. Então já que eu já tinha entrado na graduação, que eu ia sugar o máximo possível desse lugar (Entrevistada Marielle, 2020).

Em outras palavras, é como se houvesse um pensamento de estou neste lugar, mas ele não me pertence ou ainda estou neste lugar, mas não pertenço a ele. Aqui nos referimos a uma ideia de pertencimento que está para além da dinâmica e coesão grupal. Havia um desconforto diante das desiguais realidades reunidas no espaço universitário, mas os sujeitos desta pesquisa, por exemplo, desenvolvem “jogo de cintura” para lidar com esse incômodo apresentado, de modo que aprendem a conviver com aqueles que não pertenciam à sua classe social.

Por isso, a ideia de pertencimento da qual nos referimos, ou melhor, de não pertencimento, está associada ao lugar social. Está associada ao acesso dos pobres à universidade, ao pensamento de que o ensino superior (graduação e pós-graduação) é um lugar que, mesmo o tendo alcançado, ainda é sentido como improvável; um lugar que produz um estranhamento, em si mesmo, ao habitá-lo. A estranheza de quem não se sente inteiramente à vontade, pois, historicamente, é um lugar que não lhe é reservado, mesmo que seja um direito.

A leitura dos sujeitos sobre seus processos de escolarização é outro aspecto que nos salta aos olhos. Eles afirmam que há uma defasagem em relação aos conteúdos aprendidos na escola, que poderia prejudicá-los, impulsionando-os a buscar recursos que supram essa necessidade. Entretanto, são eles também que se reconhecem e destacam os colegas bolsistas como estudantes que possuem um bom desempenho e destaque acadêmico. Esse aspecto, inclusive, corrobora a produção científica empenhada em demonstrar os índices de bons rendimentos acadêmicos de bolsistas e cotistas.

Aqui não buscamos avaliar se há ou não essa defasagem relatada, dedicamo-nos ao estudo do modo como os sujeitos significam e relatam suas histórias. Isso nos leva à reflexão e à conclusão de que o processo de humilhação social faz os sujeitos incorporarem a ideia de “você teve um ensino fraco”, “os outros são melhores”, “você é defasado”, levando-os a crer que realmente o são. Soma-se a esses sentimentos o medo iminente de que algum tipo de discriminação pudesse acontecer: à espera de algum gesto hostil, tal qual fora apontado por Gonçalves Filho (2020), que aparece representado no medo inicial de sofrer discriminação racial; um estado de vigilância:

No final das contas, eu fui e eu tinha muito medo desse espaço. [...] Eu “tava” com um frio na barriga muito grande. Adrenalina muito grande porque era isso. Eu sabia que a minha presença ali não era tipo neutra... sabe?! Que não era alheia...” (Entrevistada Marielle, 2020).

Havia um “medo de sofrer preconceito” (Entrevistada Marielle, 2020) que também afetava o modo de relação com os marcadores da própria negritude. A narrativa de Marielle revela um medo de que seus traços, que a identificam como negra, fossem destacados, pelo olhar do outro, como um problema:

Mas era isso, tinha muito medo do preconceito, de ir com cabelo solto... Porque meu cabelo arma, né?! [...] Tipo, medo de ir de cabelo solto e alguém falar: “ah, eu não ‘tô’ conseguindo ver a lousa por causa do seu cabelo”, sabe?! Ah... É das coisas que a gente vai criando na cabeça ou mesmo de sofrer preconceito pior por conta disso (Entrevistada Marielle, 2020).

Como foi escrito anteriormente, outro elemento foi destacado nesta pesquisa, com vistas a auxiliar na compreensão da desigualdade: o sentimento de esforço pessoal/vitória. Podemos destacar aqui, para seguir na elaboração dessa discussão, alguns aspectos a respeito disso. Um primeiro consiste no esforço empreendido na conciliação dos estudos com o trabalho, que aparece enquanto uma dificuldade, já que, segundo Raimundo “[...] o fato da graduação ser integral não é muito pensado pra quem precisa trabalhar” (Entrevistado Raimundo, 2021). Raimundo assinala que a condição de estudante/trabalhador é comum entre os jovens pertencentes à mesma classe social que ele, demonstrando que, desde cedo, são convocados a ingressarem no mercado de trabalho:

[...] então eu comecei a seguir essa trajetória que a maioria dos jovens pobres fazem que é tipo: você começar ali um trabalho não tão qualificado durante o Ensino Médio pra você ter ali algum dinheiro, ajudar em casa e tudo mais, então ‘tava’ seguindo esse caminho...” (Entrevistado Raimundo, 2021).

Um exercício exigente para conseguir arcar com as próprias necessidades, contribuir com o sustento familiar e/ou para conseguir manter um investimento no processo educacional, “Eu trabalhei meses, meses e meses, e eu não gastava um real do que eu recebia. Eu guardava tudo porque eu ia investir nesse cursinho [curso preparatório para o vestibular]” (Entrevistada Marielle,

2020). Dito isto, ainda que, durante a graduação, os estudantes não tenham se engajado em trabalhos extracurriculares, vincularam-se a tarefas remuneradas (Pibic, PET, venda em brechó universitário...), isto é, o que queremos ressaltar é que esse movimento dos estudantes é acompanhado por uma narrativa que destaca o esforço feito para conseguir essa conciliação, que antecede o próprio ingresso na universidade.

O esforço também aparece como necessário para esses jovens, quando estão diante da necessidade de superar o que eles leem como escolarização defasada. Optam pelo cursinho preparatório, dedicam-se com afinco às exigências acadêmicas, frequentam a biblioteca da universidade em turno oposto ao das aulas e dedicam horas de estudos em casa, tornando-se uma dedicação que é narrada como promotora de sofrimento psíquico:

Mas é isso: eu estudava demais, demais, demais... Nossa, no primeiro ano eu vivia pra estudar. Eu mudei a minha vida inteira no meu primeiro ano de faculdade... Porque era isso, eu “tava” estudando antes da aula, eu “tava” estudando em casa, eu “tava” estudando na faculdade, só vivia pra estudar. Então, por conta disso... Nem me orgulho muito, porque isso trouxe outras implicações. Tipo, eu tive uma saúde mental bem difícil, isso também foi uma dificuldade, isso me atrapalhou muito, muito (Entrevistada Marielle, 2020).

Havia ali um esforço para superar o que eles identificavam como defasagem na formação, para manter boas notas nos componentes curriculares, inclusive para evitar que a bolsa fosse perdida: “dificuldades de ter que se esforçar mais pra conseguir entender ali o conteúdo e conseguir mostrar que você sabe, passar cada semestre, então sempre foi uma cobrança grande...” (Entrevistado Raimundo, 2021).

Esse fato é significado por Marielle como uma “preocupação muito grande”:

[...] e o nosso alvo era que a gente tinha que fazer 75%, senão a gente perdia a bolsa, sabe?! Porque a gente não podia ir mal na faculdade, porque a gente podia perder a bolsa. A nossa preocupação era muito grande. Porque era isso: a gente nem sabia o que que a gente ia encarar, mas a gente tinha que ir bem, senão a gente ia perder a bolsa (Entrevistada Marielle, 2020).

Todo esforço narrado por esses jovens vem atrelado ao sentimento de conquista, seja pelo reconhecimento dos professores, por ter concluído com êxito as atividades acadêmicas, ter conseguido manter boas notas garantindo a permanência da bolsa ProUni, ter sido aprovado nos componentes curriculares, entre outras realizações.

O fato é que o percurso que os jovens trilharam para chegar à universidade e à vivência da dinâmica acadêmica foram marcados por um dispendioso esforço atrelado a um sentimento de conquista que não pode ser desconsiderado. Talvez pudéssemos conduzir uma leitura analítica apontando a captura desses sujeitos pela ideologia meritocrática, tal como foi identificado por Oliveira (2014) em seu escrito. Contudo, optamos por acrescentar elementos a esta conclusão: dadas as significações que encontramos nas falas dos sujeitos, acrescentamos elementos que, contraditórios, compõem um conjunto marcado pelo registro do esforço exigido e empreendido, permitindo-nos afirmar que inegavelmente os esforços são grandes e não poderiam ser diferentes com riscos de não se chegar aonde se chegou.

O esforço empreendido os impulsionou, produzindo, ao final, um sentimento de conquista. A meritocracia expõe, então, sua face perversa, na medida em que a inserção destes jovens em

“um lugar que não é deles”, mas um lugar conquistado por eles devido ao estabelecimento de políticas públicas de acesso ao ensino superior, exige deles um enorme esforço para ali se manterem e conquistarem algo que seu grupo social, apesar dos esforços também empreendidos, ainda não havia conquistado. A meritocracia julga esses esforços como naturais e atingíveis para qualquer pessoa que deseja vencer, ocultando as artimanhas da desigualdade social e as exigências de esforços também desproporcionais, além do valor das políticas públicas de acesso e permanência à educação superior.

Reconhecemos a profunda desigualdade que estrutura a sociedade brasileira e os impeditivos sociais para que haja mobilidade social, bem como constatamos o papel ocultador da ideia de meritocracia; essa disparidade fica abafada sob a capa da meritocracia. Os esforços verdadeiramente empreendidos surgem como naturais, esperados e devidos. As políticas públicas que viabilizam as conquistas, os esforços empreendidos pela família, pelos colegas e pelos jovens, os sacrifícios vividos, a humilhação suportada, tudo isso fica reduzido à ideia de mérito, habilidades e talentos. Nossos sujeitos, talvez pela contribuição crítica do curso que fazem na universidade, estão atentos a essa armadilha e, sem negar os esforços que empreenderam, reconhecem as contribuições de outras pessoas (familiares e amigos, colegas do curso e professores) e a importância das políticas públicas: “Como movimento estudantil, a gente faz a crítica ao ProUni. Se me perguntar, tem uma lista de críticas a fazer, mas cabe o reconhecimento, sabe?! Sei que muitas pessoas, muita gente, lutou pra que eu conseguisse chegar aonde cheguei...” (Entrevistada Marielle, 2020).

Interessa-nos ressaltar, portanto, como as histórias são marcadas por um árduo e verdadeiro esforço, assim como por sentimentos de conquista/vitória atrelado a ele. O esforço empreendido por esses jovens e a produção do sentimento de vitória estão, ambos, relacionados à desigualdade. É o fato de não possuírem as mesmas oportunidades e reconhecerem que há outras experiências de juventude, que os obriga a “se esforçarem”: seja para, efetivamente, alcançar o que se deseja (ou o que é necessário no momento), seja para se sentirem preparados para responderem as exigências curriculares, por exemplo.

Todavia, esse esforço também vem acompanhado da leitura de que o empenho individual e a conquista da graduação não são suficientes para transformar a realidade deles. A graduação poderá lhes oferecer recursos, mas a desigualdade social produz a necessidade de “ralar muito mais” (Marielle, 2020):

Eu sinto também muita cobrança de ir atrás do próximo passo, sabe? Ir atrás de uma residência, mestrado, doutorado, eu “tô” me preparando pra ir, né, tipo engatando os próximos passos. Então, ao mesmo tempo que eu vejo uma conquista, como uma conquista muito grande, ao mesmo tempo eu vejo que é algo [diploma de graduação] ainda que não é suficiente, sabe?! (Entrevistado Raimundo, 2021)

“Tô” no final da faculdade e eu sei que eu tenho condições pra disputar. Mas, eu ainda saio atrás, sabe?! Eu não “tô” no mesmo nível de competição do mesmo colega meu, né, “vamo” chamar de pagante [não bolsista] [...] A largada que ele deu na frente, ele continua dando agora... Se não mais, se não ainda maior, sabe?! Eu tenho condições pra disputar espaços, eu tenho condições para disputar lugares outros, eu tenho uma visão de outros lugares que eu posso alcançar, né?! Talvez uma mira de coisas que eu tenha pra sonhar. Mas eu não “tô” (Entrevistada Marielle, 2020).

Um aspecto importante que revela essa diferença de classe está no fato de Marielle e Raimundo serem os primeiros membros da família a ingressarem na universidade. Quando afirmamos que jovens como eles rompem com as narrativas familiares, estamos nos referindo à abertura de um novo caminho de possibilidades para aquela família. Para tanto, é imprescindível reconhecer o valor das políticas públicas que possibilitam essas mudanças. E, se para os pobres, é “recente” o ingresso de jovens pertencentes a essa classe no ensino superior, os ricos parecem dar continuidade ao caminho feito por seus familiares.

É nesse sentido que trazemos a noção de caminhos prováveis e improváveis. Os ricos têm a universidade como um lugar que é possível e familiar, visto que é algo habitual entre os seus parentes. Os jovens pobres, no entanto, geralmente, nunca entraram em uma instituição de ensino superior. Então, passam por processos de descobertas: a concreta (relacionada à estrutura física dos prédios das universidades) e, talvez, a mais importante, a de descobri-la como um caminho que pode ser deles, mesmo que lhes provoque uma estranheza inicial: “Sabe qual era um dos meus receios? É... Eu não sabia nada sobre [universidade] [...] E eu nunca tinha entrado numa faculdade na minha vida, sabe?! Nunca!” (Entrevistada Marielle, 2020). “Vestibular, sabe?! Que que é isso?! Faculdade... tipo PUC, USP, Mackenzie, essas universidades conhecidas de São Paulo, pra mim era algo totalmente desconhecido” (Entrevistado Raimundo, 2021). Portanto, cabe falar sobre abertura de caminhos, porque são esses jovens que deixarão a universidade como um lugar provável de legado, uma vez que estão no caminho de transformação individual e coletiva.

Assim, dentre os maiores facilitadores na trajetória, os participantes narram a importância da junção com pessoas da mesma condição socioeconômica, como forma de organização e fortalecimento para resistir e não sucumbir às diferentes formas de exclusão e opressão que, nesse caso, significa também permanecer na universidade. A esse processo importante e comum na experiência de jovens pobres e negros, demos o nome de “quilombamento”, sob a luz da ideia de Nascimento (1985). Para a autora, os quilombos foram brechas criadas no sistema de submissão ao qual os negros escravizados estavam submetidos, onde havia articulação entre os integrantes, de modo a fazer frente de resistência às imposições e barbárie. Os quilombos, dessa maneira, carregam e representam resistência étnica e política e, como uma prática, disseminam ideais de emancipação, de modo que, por terem se forjado em uma conjuntura opressora, ensejam esperança para que novos quilombos sejam constituídos no tempo presente (Nascimento, 1985). É nesse sentido que encontramos semelhança ao modo de organização dos participantes da pesquisa e seus colegas bolsistas. Em síntese, agrupam-se, organizam-se, fortalecem e são fortalecidos para resistir e não sucumbir às diferentes formas de exclusão e opressão. Nesse caso, significa também permanecer na universidade: “[...] isso faz toda diferença, toda diferença, toda diferença... Se eu não tivesse feito os amigos que eu fiz... Eu nem sei se eu teria continuado. É isso. Eu nem sei se eu teria permanecido...” (Entrevistada Marielle, 2020). E afirma:

Foi fundamental os amigos que eu fiz, os colegas que eu fiz, pra continuar na faculdade... Foi fundamental ter rede, ter apoio e encontrar gente como eu, que acreditava nas mesmas coisas... Não exatamente nas mesmas coisas, mas que tinham esse mesmo horizonte, sabe?! Que sabiam que a gente não “tava” ali neutro... A nossa presença não era neutra... Tanto pra compartilhar essas experiências de sofrimento, mas também pra gente se fortalecer juntos, pra gente combater juntos (Entrevistada Marielle, 2020).

A importância do aquilombamento na universidade está relacionada não só à permanência desses jovens na instituição, como também possui relevância no que diz respeito a projetos profissionais. Acreditamos que o fato de eles terem uns aos outros, em um processo mútuo de fortalecimento, e de servirem como referência para que a própria origem social não fosse “esquecida”, talvez tenha sido a relação necessária para uma formação e um projeto de profissão comprometidos com seu seguimento social: “[...] pessoas [colegas bolsistas, funcionários da universidade] que me ajudavam a lembrar dessa realidade, porque quando você tá lá, você tá numa bolha, e você sendo minoria, você acredita que você é minoria” (Entrevistado Raimundo, 2021). Há uma importância nesse aquilombamento, pois isso os “impede” de serem capturados por um projeto profissional que é da elite, com a qual eles passam a conviver, denominado, por Oliveira (2014), como a “contaminação” dos jovens pobres pelo discurso da elite. Aquilombar-se para resistir e vivenciar a realidade de um jeito mais possível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo partiu de constatações de que a desigualdade social se expressa com cores fortes no acesso e permanência de jovens pobres e negros ao ensino superior. Os estudantes ricos e brancos ocupam a maior porcentagem nesse nível de ensino, quando comparados aos jovens oriundos das camadas populares e negros. Os dados demonstram que houve uma ampliação do acesso, através das políticas públicas, ações institucionais, formas de financiamento, dentre outros, que possibilitaram o ingresso àqueles que, historicamente, foram excluídos da educação superior, mas esta ainda se estrutura de modo desigual e excludente, possuindo marcas que refletem a desigualdade social.

Objetivamos analisar a dimensão subjetiva da desigualdade social em sua expressão no ensino superior, em que, para isso, recorremos à pesquisa com estudantes bolsistas, em cursos considerados de elite, de uma universidade privada de boa avaliação. As histórias relatadas pelos participantes deste estudo nos permitem fazer considerações sobre significações constituídas por jovens pobres, negros, bolsistas ProUni, que acessam a universidade. Significações estas que vão compondo uma dimensão do fenômeno da desigualdade social. Esses estudantes, que têm pontos de intersecção com as histórias de jovens do mesmo segmento social, representam um coletivo e, suas significações, que se objetivam, passam a constituir o fenômeno da desigualdade social. Nesse sentido, o conjunto das significações analisadas, discutidas anteriormente, permite-nos esboçar algumas conclusões sobre elementos de subjetividade que compõem o fenômeno da desigualdade social. São dois os aspectos que nosso estudo permitiu destacar e dar visibilidade: o sentimento da humilhação social e o esforço pessoal/vitória, mas há que se pesquisar outros aspectos que, com certeza, existem compondo essa dimensão.

Portanto, essa dimensão nos revela um campo de forças antagônicas – a de viver uma situação de quem sofre com a humilhação social e, ao mesmo tempo, vive um sentimento de vitória, de conquista: **sofro com a humilhação social, eu sou um desigual, mas eu venci**. É uma “condição” instalada pelas políticas públicas que possuem, em seu âmago, contradições produzidas na desigualdade social, mas que indicam o caminho na direção da sua redução. A condição de humilhado, que poderia ter um sentido de aprisionamento nesse lugar, é acompanhada por

conquistas que trazem para a cena sentimentos opostos ao da subalternidade – o protagonismo, a felicidade de quem conquista. É um campo de forças que nos faz pensar no que Gonçalves Filho (2020) diz: ninguém se resume única e exclusivamente à condição de humilhado; os sujeitos desta pesquisa nos apontam a possibilidade de superação, um processo em que as políticas públicas de ampliação do acesso ao ensino superior têm fundamental importância.

O que se pôde concluir com esta pesquisa nos remete a uma discussão importante sobre as políticas públicas. Consideramos que deve haver esforços sociais para que a condição que produz o sentimento de humilhação social possa, de alguma forma, ser superada. Uma das possibilidades é o acesso à universidade e a existência de políticas públicas, como o ProUni, as Cotas, o Fies, enfim, políticas que visem a ampliação do acesso e a permanência no ensino superior. O acesso de jovens pobres, negros, à universidade produz mudanças sociais importantes, caminhando em direção à democratização do ensino superior. Dito isto, apesar do movimento recente e importante de diversificação do público nesse nível de ensino, a conclusão dos estudos e a permanência desses jovens nessas instituições, constituem-se como problemas importantes a serem enfrentados. Em outros termos, além do acesso, é preciso garantir a permanência material e simbólica (Santos, 2017) desses jovens nas universidades. A presença deles nesses espaços também produz mudanças subjetivas (com repercuções individuais e coletivas), nas quais esses sujeitos assumem um lugar interessante de protagonismo, de fortalecimento, que os afastam da cristalização no lugar de humilhado. Essas mudanças se tornam objeto de interesse da Psicologia, não somente pelas mudanças pessoais que envolvem, mas pela transformação que estas mudanças impõem à dimensão subjetiva do fenômeno da desigualdade social.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Wanda Maria Junqueira; OZELLA, Sergio. Apreensão dos sentidos: aprimorando a proposta dos núcleos de significação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 94, n. 236, p. 299-322, abr. 2013. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rbeped/a/Y7jvCHjksZMXBrNJkqq4zjP/?format=pdf>. Acesso em: 24 set. 2024.
- AGUIAR, Wanda Maria Junqueira; SOARES, Júlio Ribeiro; MACHADO, Virgínia Campos Núcleos de significação: uma proposta histórico-dialética de apreensão dos significados. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 45, n.155, p. 56-75, jan./mar. 2015. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/cp/a/cJgwjVtjwQ4thrMbxB4ZPFm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 set. 2024.
- BOCK, Ana Mercês Bahia; AGUIAR, Wanda Maria Junqueira. A dimensão subjetiva: um recurso teórico para Psicologia da Educação *In:* AGUIAR, Wanda Maria Junqueira; BOCK, Ana Mercês Bahia. **A Dimensão subjetiva do processo educacional: uma leitura sócio-histórica**. São Paulo: Cortez Editora, 2016, v. 1, p. 43-59.
- BOCK, Ana Mercês Bahia; SOARES, Júlio Ribeiro. Dimensão subjetiva e processo educacional: estado da arte na pesquisa em psicologia e educação. *In:* AGUIAR, Wanda Maria Junqueira;

BOCK, Ana Mercês Bahia. **Psicologia sócio-histórica e educação:** tecendo redes críticas e colaborativas na pesquisa. São Paulo: Cortez Editora, 2020. p. 47-73.

BRASIL. Lei n. 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI, regula a atuação de entidades benfeitoras de assistência social no ensino superior; altera a Lei n. 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11096.htm. Acesso em: 19 jan. 2023.

BRASIL. Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 28 jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo da Educação Superior 2021. Brasília, DF: Inep, 2022. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNjUzZjU2YzItY2VlZC00MzcwLTk4OWYtODMzNWEyNzJkM2ZhIwidCI6IjI2ZjczODk3LWM4YWMtNGIxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ9>. Acesso em: 19 jan. 2023.

COSTA, Fernando Braga. **Homens invisíveis:** relatos de uma humilhação social. São Paulo: Globo, 2004. 254 p.

DONIDA, Lais Oliva; SANTANA, Ana Paula. Apoio pedagógico como proposta de educação para todos. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 45, p. 1-19, jun. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/nT3LGmDfKJm8Q8PtJGkfT8w/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 nov. 2020.

FERNANDES, Claudia Monteiro. Ações afirmativas como política de combate às desigualdades raciais e de gênero na educação superior brasileira: resultados das últimas décadas. **Revista do PPGCS – UFRB – Novos Olhares Sociais**, Cachoeira, v. 5, n. 1, p.8-39, mai. 2022. Disponível em: <https://www3.ufrb.edu.br/index.php/novos-olhares-sociais/article/view/4661/2424>. Acesso em: 22 set. 2024.

GONÇALVES, Maria da Graça Marchina; BOCK, Ana Mercês Bahia. A dimensão subjetiva dos fenômenos sociais. *In:* GONÇALVES, Maria da Graça Marchina; BOCK, Ana Mercês Bahia. **A dimensão subjetiva da realidade:** uma leitura sócio-histórica. São Paulo: Cortez, 2009. p. 116-157.

GONÇALVES, Maria da Graça Marchina; FURTADO, Odair. A perspectiva sócio-histórica – uma possibilidade crítica para a psicologia e para a educação. *In:* AGUIAR, Wanda Maria Junqueira; BOCK, Ana Mercês Bahia (Org.). **A dimensão subjetiva do processo educacional:** uma leitura sócio-histórica. São Paulo: Cortez, 2018, v. 1, p. 27-42.

GONÇALVES FILHO, José Moura. Prefácio – A invisibilidade Pública. *In:* COSTA, Fernando Braga. **Homens invisíveis:** relatos de uma humilhação social. São Paulo, Globo, p. 9- 47, 2004.

GONÇALVES FILHO, José Moura. **OQE - Subsídios - Humilhação social - Parte 01.** Youtube, 18 mai. 2020. Vídeo. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=6CbLHNEcPj0>. Acesso em: 27 set. 2021.

GONÇALVES FILHO, José Moura. **OQE - Subsídios - Humilhação social - Parte 02.**

Youtube, 18 mai. 2020. Vídeo. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=zBGEPuRLqAA>. Acesso em: 27 set. 2021.

GONÇALVES FILHO, José Moura. **OQE - Subsídios - Humilhação social - Parte 03.**

Youtube, 18 mai. 2020. Vídeo. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=gTrBIFxRXHM>. Acesso em: 27 set. 2021.

GONZALEZ REY, Fernando Luis. **Pesquisa qualitativa e subjetividade:** os processos de construção da informação. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005. 205p.

HERINGER Rosana; HONORATO, Gabriela de Souza. Elementos para uma análise dos estudantes cotistas e bolsistas no curso de pedagogia da UFRJ. **Caderno CRH**, Salvador, v. 28, n. 74, p. 341-348, ago. 2015. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ccrh/a/VsqMQYCMymy3zLDGDxszjZj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 nov. 2020.

KAHHALE, Edna Peters; ROSA, Elisa Zaneratto. Construção de um saber crítico em psicologia. In: BOCK, Ana Mercês Bahia; GONÇALVES, Maria da Graça Marchina (Org.). **A dimensão subjetiva da realidade:** uma leitura sócio-histórica. São Paulo: Cortez, 2009. p. 1-32.

MACEDO, João Paulo; REIS, Sara Teles. Políticas educacionais dos governos pt (2003-2016): impacto no perfil dos graduandos em psicologia. **Educação em revista**, Belo Horizonte, v. 37, p. 1-15, jul. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/rkPYszY4v6ZwtRyg8X8gqr/#>. Acesso em: 22 set. 2024.

OBSERVATÓRIO DO PNE. **Todos pela educação.** São Paulo: PNE, 2020. Disponível em: <https://www.observatoriopnepne.org.br/meta/educacao-superior>. Acesso em: 03 fev. 2023.

SANTOS, Dyane Brito. Curso de branco: uma abordagem sobre acesso e permanência entre estudantes de origem popular nos cursos de saúde da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). **Revista Contemporânea de Educação**. Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 31-50, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/3229/7579>. Acesso em: 06 fev. 2025.

SANTOS, Silvano Messias dos; FREIRE, Rebeca Sobral. Acesso e permanência na educação superior como direito: sobre os impactos das políticas de assistência estudantil e ações afirmativas na UFOB. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 27, n. 2, p. 260-280, jul. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/LFMj3QJpFMfLYtKC436mpsH/>. Acesso em: 12 jan. 2023.

Recebido em: 29 de setembro de 2024

Aprovado em: 18 de março de 2025